

Por outro lado, nos casos em que a homogeneização linguística não se encontra realizada (cf. os diferentes tipos de plurilinguismo nos países de Terceiro Mundo, e também certos países capitalistas desenvolvidos em que o Estado não impôs uma língua nacional), pensamos que a análise de processos discursivos que se desenvolvem sobre bases linguísticas diferentes remete a relações especializadas com esta ou aquela região da ideologia, impostas pela luta ideológica, sem que se possa colocar a existência de ideologias diferentes que seriam decalques dessas diferentes bases linguísticas.

Sublinharemos para terminar que essa perspectiva dá os meios de abrir ao menos três novas questões:

1. Se é verdadeiro que, desde a descoberta freudiana “o eu não é mais mestre de si”, em que a concepção proposta aqui implica o questionamento da linguagem como **órgão do espírito** (a expressão é de Chomsky), como objeto de um domínio exercido por uma instância que é supostamente distinta dela mesma, como do universo de sua linguagem?

2. Em que medida a existência de uma mesma base linguística sustentando processos discursivos ideológicos antagonistas implica a hipótese do que chamaremos a **autonomia relativa da sintaxe**, definida como um núcleo dessa base? Em que a relatividade dessa autonomia transforma a noção de sintaxe, que o logicismo concebe como sistema dedutivo formal, sem liquidá-la na diversidade de idioletos sociolinguísticos? Em que os efeitos de retorno dos processos discursivos sobre uma base linguística historicamente dada podem subvertê-la e reconfigurá-la, às vezes muito rapidamente?

3. Em que esta concepção da relação entre língua e ideologia, sob a forma dos processos de discurso transforma a questão da apropriação social dos conhecimentos pelas massas e, em particular, que relação ela mantém com a noção leninista de “revolução cultural”?

(tradução: Eni P. Orlandi)

## O PRÓPRIO DA ANÁLISE DE DISCURSO\*

Eni Puccinelli Orlandi \*

A questão sobre a relação da Linguística com a Análise de Discurso mereceu minha atenção, assim como a dos analistas de discurso, em geral, sobretudo no final dos anos 70 e início de 80 (cf. E. Orlandi, *Revista Delta*, 1986 e 1994). Ao acrescentar, hoje, algumas observações sobre este assunto, devo dizer que se trata apenas do desenvolvimento de uma reflexão que se inscreve no que se tem chamado de Escola Francesa da Análise de Discurso.

Quais são as características dessa linha?

Antes de tudo, e fundamentalmente, a de ter o “discurso” como seu objeto próprio. Não a linguagem, nem a língua, nem a fala. O discurso.

Nesse caso, a relação da língua com a exterioridade não é pensada a partir de uma vaga noção de interdisciplinaridade mas sim como uma relação constitutiva de um objeto específico e de um campo de conhecimento que lhe corresponda e que esse objeto institui: o da análise de discurso. O discurso sendo aqui definido como “efeito de sentidos entre locutores” (M. Pêcheux, 1969).

A especificidade desse campo de conhecimento está em considerar a língua na sociedade e na história, fazendo intervir a ideologia. Por quê? Porque não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. O discursivo é então concebido como processo social cuja especificidade está em que sua materialidade é linguística. Assim, o objeto a propósito do qual a análise de discurso produz seu resultado não é um objeto linguístico mas um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervem como pressuposto: os processos discursivos são a fonte dos efeitos de sentidos e a língua é o lugar material em que esses efeitos se realizam. Daí ela estar pressuposta, sendo a base sobre a qual se desenvolvem os processos discursivos (M. Pêcheux, aqui mesmo, p. 15). Desse modo, a análise linguística é necessária mas não é suficiente e supõe uma mudança de terreno. Mudança esta que desloca a própria maneira como se concebe a língua: nesse caso só relativamente autônoma já que em sua própria ordem intervem a possibili-

\* Conferência realizada na UFF, Niterói, 1997.

\* Doutora no Instituto de Estudos da Linguagem e Coordenadora do Laboratório de Estudos Umanos

dade de sua inscrição na história para que haja sentido. O que nos leva a dizer que se há uma aplicação da linguística não é sobre ela mesma mas em um campo exterior, o que implica em sua transformação. As chamadas "lingüísticas do discurso" aí se inscrevem. Elas não falam sobre o discurso mas sobre a língua. Por mais adjetivos que se coloquem ("crítica", "nova", etc.) são uma extensão teórica sobre o mesmo e antigo objeto: a língua.

Assim é que podemos dizer que o que interessa à Semântica Discursiva é a ordem da língua tomada como sistema significante em sua relação com a história, considerada em sua materialidade simbólica. A tarefa do analista de discurso é compreender a relação entre o real da língua e o real da história. Daí que a noção de *forma material* constitui ponto central para a análise de discurso. Ela institui um espaço teórico particular que não reconhece a divisão forma/conteúdo e que tem vigência na perspectiva que trabalha com a língua enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história para produzir sentidos (M. Pêcheux, 1994). O sentido é uma relação determinada do sujeito com a história e é o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua na produção dos sentidos. Esta é a marca da subjetivação, traço da relação da língua com a exterioridade. É essa aliás a maneira mais discursiva de se dizer que o sujeito se constitui na relação com o simbólico.

A ideologia não é assim um conjunto de representações nem a ocultação da realidade. Discursivamente, a ideologia é uma necessidade da relação da língua com a história na constituição dos sujeitos e dos sentidos. Enquanto prática significante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. A interpelação do indivíduo em sujeito, pela ideologia, traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique. O efeito é então o da evidência do sentido (o sentido-lá), e a impressão do sujeito como origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão de transparência da linguagem. E é isso a ideologia.

Abandona-se, na AD, a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo. O que há são posições do sujeito. O sujeito é estruturalmente dividido desde sua constituição e só tem acesso a parte do que diz. A falha o constitui, assim como a falha constitui a língua. Espaço da interpretação, instância da ideologia. O sujeito é pensado discursivamente como posição entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um lu-

gar que ocupa para ser sujeito do que diz. Acontece que o modo pelo qual ele se constitui sujeito não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade que o constitui. Correlatamente, a linguagem também não é transparente nem o mundo diretamente apreensível quando se trata da significação. Estamos já sempre presos nas redes de filiações de sentidos e nos efeitos da relação da linguagem com o mundo. Na construção discursiva dos referentes.

Dito de outra forma, diferentemente da linguística, a língua é tomada aqui em sua forma material, enquanto ordem significante capaz de equívoco, de deslize, de falha. Nessa passagem para a forma material, em que se abandona a divisão forma/conteúdo, a língua só é relativamente autônoma, o sentido não é conteúdo, a história não é contexto e o sujeito não é a origem de si.

Os fatos são sujeitos à interpretação e a língua na medida em que é suscetível ao equívoco, ao deslize, à falha, faz lugar para a interpretação. A ideologia não é um "defeito" dos que não tem consciência, ela é uma necessidade da relação dos sujeitos com os sentidos, do mundo com a linguagem. Pelq mecanismo ideológico, aquilo que é constitutivo aparece como já-lá, como já-dito.

O sentido, diz Pêcheux (1975), é sempre uma palavra, uma expressão, uma proposição por outra palavra, expressão ou proposição. Esse relacionamento, essa transferência (meta-phora) pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se revestem de sentido, não poderia ser predeterminada por propriedades da língua. Seria admitir que os elementos significantes já estão enquanto tais dotados de sentido. De acordo com Pêcheux (aqui mesmo, pp.15-16), o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (transferência) realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formação de sinônimos (ou seja, processos discursivos) dos quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório. Esse lugar - a formação discursiva - de realização da transferência não é no entanto a causa porque o sentido não se engendra a si próprio, ele se produz no non-sens.

Desse modo, em relação à distinção entre ordem e organização que tenho proposto, o que interessa para o analista de discurso não é a organização da língua (pensada na linguística sob o modo da oposição ou da regra) nem a organização social (classe, grupo). O que interessa é a ordem da língua. Não é por exemplo a relação entre sujeito e predicado que é relevante mas o que esta organização sintática pode nos fazer compreender dos

mecanismos de produção de sentidos que aí funcionam, enquanto ordem significativa. Assim também não é a organização mas a ordem social que é relevante: a formação social enquanto sensível às regras de projeção que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (discursivamente representativas). As posições do sujeito são uma função da relação da língua com as formações sociais em seus mecanismos de projeção imaginários.

Em outras palavras: para o analista de discurso a língua não é só um código ou um instrumento de comunicação ideologicamente neutro. Nem apenas um sistema abstrato. Não há “conteúdos” ideológicos. Há funcionamento, modo de produção de sentidos ideologicamente determinados. A língua funciona ideologicamente e suas formas (materiais) estão investidas nesse funcionamento. Este funcionamento é parte da natureza da ligação da língua com o mundo (com a ordem social, com a história).

Em suma, a análise de discurso é crítica ao formalismo da linguística e ao conteudismo das ciências sociais. Com a noção de forma material podemos ser críticos ao conteudismo seja da língua (aí introduzindo a questão da ideologia), seja das categorias, seja do social, seja da história (aí introduzindo a discursividade). Não sendo referido à forma empírica ou abstrata, mas à forma material, o sujeito reporta-se a um sistema significativo investido de sentidos: é o sujeito significativo, sujeito histórico (material), posição-sujeito que se produz entre diferentes discursos numa relação regrada com a memória do dizer face às situações, definindo-se em função de uma formação discursiva em relação às demais.

Como dissemos, nem o sujeito é definido por um seu conteúdo psicológico, nem os sentidos são conteúdos. Resultam de funcionamentos, de relações entre formações discursivas. As palavras, como diz Pêcheux (aqui mesmo, p. 15), não têm um sentido que lhes seria próprio, preso a sua literalidade. Não se trata tampouco de pensar em sentidos deriváveis a partir dessa literalidade por meio de um combinatória lógico-linguística que domesticaria a ambiguidade e cujo cálculo permitiria inferir o sentido a partir da língua, na fórmula “língua + contexto = sentido 1, sentido 2 etc”. Esta é uma fórmula que exclui a ideologia e o inconsciente como constitutivos. A língua não é apenas suporte, nem só instrumento. Ela é lugar de realização dos processos discursivos, é portanto lugar de produção de efeitos ideológicos, de processos de identificação. Compreender o discurso não é só uma tarefa operatória de cálculo mas de explicitação desse funcionamento.

O discurso não é redutível a uma frase longa, nem ao texto enquanto organização linguística. É materialidade simbólica. A historicidade, para nós, é justamente o acontecimento do texto enquanto discurso, o trabalho dos sentidos nele. Nessa perspectiva, a exterioridade não tem a objetividade empírica do “fora” da linguagem. Se observamos a situação imediata, a circunstância da enunciação, indo mais além, consideramos aí a espessura material das condições de produção em que entra a memória já delimitando o que da situação imediata faz sentido.

Essa exterioridade, memória do dizer, interdiscurso, é definida, segundo Pêcheux (1988), em sua objetividade material contraditória: algo fala sempre antes, em outro lugar, independentemente, isto é, sob o domínio das formações ideológicas. Isso dá ao sujeito a sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações experimentadas. Aí se dá o processo de constituição do discurso, na memória, no domínio dos dizeres já-ditos (e esquecidos) ou possíveis que garantem a formulação do dizer. Jogo entre a formulação e a constituição do dizer e dos sentidos, produzindo o efeito da exterioridade, o sentido-lá. O *real*, nessa minha proposta, é função das determinações históricas que constituem as condições de produção materiais e a *realidade* é a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações tal como se apresentam nos discursos, num processo de significação para o sujeito constituído já pelos esquecimentos. Esses esquecimentos resultam na sensação do sujeito ser a origem dos sentidos e na impressão da realidade do pensamento.

Entre a evidência empírica e o cálculo formal há uma região, reconhecida pelo analista de discurso, que é menos visível mas relevante que é a da materialidade histórica. Nela, sujeito, ideologia, inconsciente e ordem significativa trabalham suas interrelações. O analista de discurso ao reconhecer o discurso como uma noção fundadora de um campo de conhecimento específico vai trabalhar justamente na explicitação dos efeitos de sentidos que são a definição do que é discurso. E a compreensão disso não deriva da simples aplicação da linguística como se o discurso fosse apenas um instrumento. Não. O discurso é o objeto que nos permite observar as relações entre a ideologia e a língua, lugar em que se podem analisar os efeitos do jogo da língua na história e os efeitos desta na língua. O que deve nos permitir compreender como um material simbólico produz sentidos e como o sujeito se constitui. E é essa, afinal, a tarefa do analista de discurso.

### **Bibliografia**

- E. P. Orlandi (1986) "A Análise de Discurso: Algumas Observações", in *Delta*, PUC, São Paulo.
- E. P. Orlandi (1994) "O Lugar Das Sistematicidades Linguísticas na Análise de Discurso" in *Delta*, PUC, São Paulo.
- M. Pêcheux (1994) "Ler o Arquivo Hoje" in *Gestos de Leitura*, Eni P. Orlandi (org), Ed. Unicamp, Campinas.
- M. Pêcheux (1975) *Les Vérites de la Palice*, Maspero, Paris.